

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****4ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003427-47.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Isabela Campos Leite Dal Coletto**
 Requerido: **Viação Piracema de Transportes Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por danos morais proposta por **ISABELA CAMPOS LEITE DAL COLETO** em face da empresa **VIAÇÃO PIRACEMA DE TRANSPORTES**. Alega a requerente que: no dia 11 de março de 2018, adquiriu uma passagem rodoviária da requerida, (R\$13,55 – Tietê/SP X Piracicaba/SP), que daria direito ao assento de número 23 (doc – fls. 14); ocorre que, apesar de adquirir a passagem com antecedência, a autora fora informada pelo motorista da falta de controle da viação pela venda de bilhetes, o que acarretaria a falta poltronas pelo número de passageiros que adquiriram passagens, assim, a autora teria que viajar o trajeto todo em pé, cerca de 44 quilômetros, o que lhe causou incômodos físicos e grave risco à sua segurança. Pede indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00.

Concedidos os benefícios da Gratuidade da Justiça (fls. 20).

Citada, a requerida, preliminarmente, apresentou impugnação à concessão da Gratuidade da Justiça à autora. Quanto ao mérito, aduziu que não foi formalizada nenhuma reclamação em face da requerida e que não houve mais nenhuma queixa de outros passageiros. Assim, não há provas concretas do ocorrido, razão pela qual pediu a improcedência da ação.

Réplica de fls. 47/50.

Decisão nas fls. 53/54 afastando o pedido da autora de inversão do ônus da prova e deferindo a produção de prova oral.

Audiência de instrução nas fls. 59, sem produção de prova oral, reiterando as partes, ao final, as suas manifestações.

É o relatório.

FUNDAMENTO E**DECIDO**

A ação é improcedente, por falta de provas dos fatos alegados na inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Dúvida não há de que a relação mantida entre as partes é de consumo, aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor. Não obstante, a inversão do ônus da prova não é absoluta, conforme se frisou na decisão de fls. 53/54, dependendo de verossimilhança das alegações iniciais e, no caso em tela, a empresa não tem como fazer a prova negativa, caberia à autora, que pretende indenização por ato ilícito, trazer o mínimo de elementos de prova, o que não se verificou.

Com efeito, a autora não apresentou provas indicativas da ocorrência dos fatos relatados na inicial, sendo insuficientes as fotografias de fls. 16/19 as quais sequer exibem a própria autora.

Assim, os elementos dos autos, em que pese o infortúnio relatado pela autora, não fornecem segurança suficiente para a procedência da ação.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, o que faço com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios os quais fixo em 15 sobre o valor da causa, observada a gratuidade processual.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 06 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**